

## Ministério da Economia

## SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

## PORTARIA CONJUNTA SEPRT/ME/INSS Nº 32, DE 31 DE MARÇO DE 2021

Estabelece procedimentos especiais a serem observados, até 31 de dezembro de 2021, na análise dos requerimentos do auxílio por incapacidade temporária, de que tratam os art. 59 a 63 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nos termos do disposto no art. 6º da Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021. (Processo nº 10132.100101/2021-71).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA e o PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 180 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e o art. 17 do Anexo I do Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021, resolvem:

Art. 1º Estabelecer, em caráter excepcional, procedimentos especiais a serem observados, até 31 de dezembro de 2021, na análise dos requerimentos do auxílio por incapacidade temporária, de que tratam os art. 59 a 63 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nos termos do disposto no art. 6º da Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021.

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Portaria às unidades com atendimento da Perícia Médica Federal alcançadas por uma das seguintes situações:

I - impossibilidade de abertura devido a adoção de medidas de isolamento, quarentena ou restrição à circulação de pessoas determinada em ato dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou em decisão judicial, ou outra razão que impeça o regular funcionamento dos serviços da Perícia Médica Federal;

II - redução da força de trabalho dos servidores da Perícia Médica Federal disponível para atendimento presencial acima de vinte por cento da capacidade operacional da unidade, em razão das orientações estabelecidas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, na condição de órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (Sipec), e atos complementares da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho; ou

III - agendamento para atendimento presencial pelo serviço da Perícia Médica Federal com tempo de espera superior a sessenta dias.

Art. 3º O segurado do Regime Geral de Previdência Social que resida em localidade alcançada por uma das situações de que trata o art. 2º poderá comprovar a incapacidade para o trabalho por meio da apresentação de atestado médico e documentos complementares que comprovem a doença informada no atestado como causa da incapacidade.

§ 1º A documentação médica será apresentada no momento do requerimento do auxílio por incapacidade temporária com a indicação da data estimada do início dos sintomas da doença, acompanhada da declaração de responsabilidade quanto a sua veracidade, e contemplará:

I - obrigatoriedade, o atestado emitido pelo médico assistente, observados os seguintes requisitos:

a) redação legível e sem rasuras;

b) assinatura e identificação do profissional emitente, com registro do Conselho Regional de Medicina ou Registro Único do Ministério da Saúde (RMS);

c) informações sobre a doença, preferencialmente com a Classificação Internacional de Doenças (CID); e

d) período estimado de repouso necessário;

II - complementarmente, exames, laudos, relatórios ou outros documentos contemporâneos que comprovem a doença informada na documentação médica apresentada.

§ 2º O procedimento estabelecido no caput deste artigo será adotado em caráter excepcional e a duração do benefício por incapacidade temporária dele resultante não será superior a noventa dias.

§ 3º O INSS cientificará o requerente, no momento do requerimento, de que o benefício concedido com base neste artigo não está sujeito a pedido de prorrogação e de que eventual necessidade de acréscimo ao período inicialmente concedido, ainda que inferior a noventa dias, estará sujeita a novo requerimento.

§ 4º O requerimento do benefício por incapacidade temporária na forma do caput, pelo segurado que tiver se submetido a exame médico pericial presencial, observará o disposto nos atos normativos estabelecidos pelo INSS.

§ 5º O disposto no caput não se aplica aos segurados com exame médico pericial presencial agendado dentro do prazo de até sessenta dias, exceto quando caracterizada situação de impedimento ao funcionamento dos serviços da Perícia Médica Federal prevista no inciso I do art. 2º.

§ 6º A emissão ou a apresentação de atestado ou de documentos falsos ou que contenham informação falsa configura crime e sujeitará os responsáveis às sanções penais e ao resarcimento dos valores indevidamente recebidos.

Art. 4º O atestado médico e os documentos complementares comprobatórios da doença serão submetidos à Perícia Médica Federal, que realizará a análise de conformidade documental e da verossimilhança da incapacidade temporária informada, com base em critérios estabelecidos pela Subsecretaria da Perícia Médica Federal da Secretaria de Previdência.

Art. 5º O Instituto Nacional do Seguro Social notificará o requerente sobre a necessidade de agendamento de exame médico pericial presencial, quando exigido pela Perícia Médica Federal.

Parágrafo único. A ausência de agendamento de que trata o caput, no prazo fixado pelo Instituto Nacional do Seguro Social, implicará em arquivamento do processo sem análise de mérito, por desistência do pedido, facultada a apresentação de novo requerimento pelo interessado, que terá efeitos a partir da nova solicitação.

Art. 6º A Subsecretaria da Perícia Médica Federal da Secretaria de Previdência e o Instituto Nacional do Seguro Social editarão, no âmbito de suas atribuições, os atos complementares necessários à aplicação do disposto nesta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO BIANCO LEAL  
Secretário Especial de Previdência e Trabalho

LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES  
Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO  
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

ARIOSTO ANTUNES CULAU  
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO  
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA  
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais



SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos  
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal  
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e inéditoriais

[www.in.gov.br](http://www.in.gov.br) [ouvidoria@in.gov.br](mailto:ouvidoria@in.gov.br)  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF  
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 06032021033100002

UF	ENSINO PÚBLICO																	EJA		
	EDUCAÇÃO INFANTIL				ENSINO FUNDAMENTAL						ENSINO MÉDIO					EDUCAÇÃO			EJA	
	CRECHE INTEGRAL	PRÉ-ESCOLA INTEGRAL	CRECHE PARCIAL	PRÉ-ESCOLA PARCIAL	SÉR. INICIAIS URBANA	SÉR. INICIAIS RURAL	SÉR. FINAIS URBANA	SÉR. FINAIS RURAL	TEMPO INTEGRAL	URBANO	RURAL	TEMPO INTEGRAL	INT.ED. PROFESIONAL	AEE	ESPECIAL	INDÍG./ QUI.	AVAL. PROCES- SO	INT. ED. PROFES- SIONAL	ENSINO TÉCNICO E PROFES- SIONAL	
AC	5.109,81	5.109,81	4.716,74	4.323,68	3.930,62	4.520,21	4.323,68	4.716,74	5.109,81	4.913,27	5.109,81	5.109,81	5.109,81	4.716,74	4.716,74	3.144,50	4.716,74	5.109,81		
AL	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.145,04	3.768,22	4.333,45	4.145,04	4.521,86	4.898,68	4.710,27	4.898,68	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.521,86	3.014,57	4.521,86	4.898,68		
AM	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.145,04	3.768,22	4.333,45	4.145,04	4.521,86	4.898,68	4.710,27	4.898,68	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.521,86	3.014,57	4.521,86	4.898,68		
AP	6.052,43	6.052,43	5.586,86	5.121,29	4.655,72	5.354,08	5.121,29	5.586,86	6.052,43	5.819,65	6.052,43	6.052,43	6.052,43	5.586,86	5.586,86	3.724,57	5.586,86	6.052,43		
BA	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.145,04	3.768,22	4.333,45	4.145,04	4.521,86	4.898,68	4.710,27	4.898,68	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.521,86	3.014,57	4.521,86	4.898,68		
CE	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.145,04	3.768,22	4.333,45	4.145,04	4.521,86	4.898,68	4.710,27	4.898,68	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.521,86	3.014,57	4.521,86	4.898,68		
DF	5.670,20	5.670,20	5.234,03	4.797,76	4.361,69	5.015,94	4.797,76	5.234,03	5.670,20	5.452,11	5.670,20	5.670,20	5.670,20	5.234,03	5.234,03	3.489,35	5.234,03	5.670,20		
ES	5.078,20	5.078,20	4.687,57	4.296,94	3.906,31	4.492,75	4.296,94	4.687,57	5.078,20	4.888,88	5.078,20	5.078,20	5.078,20	4.687,57	4.687,57	3.125,05	4.687,57	5.078,20		
GO	5.340,67	5.340,67	4.929,85	4.519,03	4.108,21	4.724,44	4.519,03	4.929,85	5.340,67	5.135,26	5.340,67	5.340,67	5.340,67	4.929,85	4.929,85	3.286,56	4.929,85	5.340,67		
MA	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.145,04	3.768,22	4.333,45	4.145,04	4.521,86	4.898,68	4.710,27	4.898,68	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.521,86	3.014,57	4.521,86	4.898,68		
MG	5.124,45	5.124,45	4.730,26	4.336,07	3.941,88	4.533,17	4.336,07	4.730,26	5.124,45	4.927,35	5.124,45	5.124,45	5.124,45	4.730,26	4.730,26	3.153,51	4.730,26	5.124,45		
MS	5.818,93	5.818,93	5.371,32	4.923,71	4.476,10	5.147,52	4.923,71	5.371,32	5.818,93	5.595,13	5.818,93	5.818,93	5.818,93	5.371,32	5.371,32	3.580,88	5.371,32	5.818,93		
MT	5.860,99	5.860,99	5.410,15	4.959,30	4.508,46	5.184,70	4.959,30	5.410,15	5.860,99	5.635,57	5.860,99	5.860,99	5.860,99	5.410,15	5.410,15	3.606,77	5.410,15	5.860,99		
PA	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.145,04	3.768,22	4.333,45	4.145,04	4.521,86	4.898,68	4.710,27	4.898,68	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.521,86	3.014,57	4.521,86	4.898,68		
PB	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.145,04	3.768,22	4.333,45	4.145,04	4.521,86	4.898,68	4.710,27	4.898,68	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.521,86	3.014,57	4.521,86	4.898,68		
PE	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.145,04	3.768,22	4.333,45	4.145,04	4.521,86	4.898,68	4.710,27	4.898,68	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.521,86	3.014,57	4.521,86	4.898,68		
PI	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.145,04	3.768,22	4.333,45	4.145,04	4.521,86	4.898,68	4.710,27	4.898,68	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.521,86	3.014,57	4.521,86	4.898,68		
PR	5.012,51	5.012,51	4.676,93	4.241,35	3.858,75	4.424,14	4.241,35	4.676,93	5.012,51	5.012,51	4.819,72	5.012,51	5.012,51	4.676,93	4.676,93	3.084,62	4.676,93	5.012,51		
RJ	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.145,04	3.768,22	4.333,45	4.145,04	4.521,86	4.898,68	4.710,27	4.898,68	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.521,86	3.014,57	4.521,86	4.898,68		
RN	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.145,04	3.768,22	4.333,45	4.145,04	4.521,86	4.898,68	4.710,27	4.898,68	4.898,68	4.898,68	4.521,86	4.521,86	3.014,57	4.521,86	4.898,68		
RO	5.681,22	5.681,22	5.244,21	4.807,19	4.370,17	5.025,70	4.807,19	5.244,21	5.681,22	5.462,72	5.681,22	5.681,22	5.681,22	5.244,21	5.244,21	3.496,14	5.244,21	5.681,22		
RR	6.634,90	6.634,90	6.124,53	5.614,15	5.103,77	5.869,34	5.614,15	6.124,53	6.634,90	6.379,73	6.634,90	6.634,90	6.634,90	6.124,53	6.124,53	4.083,02	6.124,53	6.634,90		
RS	6.406,05	6.406,05	5.913,28	5.420,51	5.966,89	5.420,51	5.913,28	6.406,05	6.159,67	6.406,05	6.406,05	6.406,05	6.406,05	5.913,28	5.913,28	3.942,19	5.913,28	6.406,05		
SC	5.564,00	5.564,00	5.136,00	4.708,00	4.280,00	4.922,00	4.708,00	5.136,00	5.564,00	5.350,00	5.564,00	5.564,00	5.564,00	5.136,00	5.136,00	3.424,00	5.136,00	5.564,00		
SE	5.370,76	5.370,76	4.957,63	4.544,49	4.131,36	4.751,06	4.544,49	4.957,63	5.370,76	5.164,20	5.370,76	5.370,76	5.370,76	4.957,63	4.957,63	3.305,08	4.957,63	5.370,76		
SP	5.651,13	5.651,13	5.216,43	4.781,73	4.347,02	4.999,08	4.781,73	5.216,43	5.651,13	5.433,78	5.651,13	5.651,13	5.651,13	5.216,43	5.216,43	3.477,62	5.216,43	5.651,13		
TO	6.030,06	6.030,06	5.566,20	5.102,35	4.638,50	5.334,28	5.102,35	5.566,20	6.030,06	5.798,13	6.030,06	6.030,06	6.030,06	5.566,20	5.566,20	3.710,80	5.566,20	6.030,06		

BR

UF	INSTITUIÇÕES CONVENIADAS												Estimativa de Receitas FUNDEB 2021 (Art. 16, I e II, da Lei nº 14.113/2020) R\$ mil					
	FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA				CONTRIBUIÇÃO DOS ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS								COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO-VAFA				TOTAL DA RECEITA ESTIMADA	
	CRECHE INTEGRAL	CRECHE PARCIAL	PRÉ-ESCOLA INTEGRAL	PRÉ-ESCOLA PARCIAL	ENSI. FUND. SER. RURAL	ENSI. FUND. SER. URBANA	ENSI. MÉDIO RURAL	ENSI. MÉDIO URBANA	EDUC. MÉDIO INT.ED. PROFESIONAL	EJA - INDIG. / QUI.	EJA - AVA. NO. PROFES. DE	EJA - INT.ED. PROFES. DE NÍVEL MÉDIO	CONTRIBUIÇÃO DOS ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO-VAFA	TOTAL DA RECEITA ESTIMADA			
AC	3.144,50	5.109,81	4.323,68	3.930,62	4.520,21	4.323,68	4.716,74	5.109,81	5.109,81	4.716,74	3.144,50	4.716,74	1.089.758,80	-00	1.089.758,80			
AL	4.145,04	3.014,57	4.898,68	4.145,04	4.898,68	4.898,68	4.521,86	3.014,57	4.521,86	2.331.090,60	560.997,80	2.892.088,40						
AM	4.145,04	3.014,57	4.898,68	4.145,04	4.898,68	4.898,68	4.521,86	3.014,57	4.521,86	3.225.523,20	1.193.339,00	4.418.862,20						
AP	5.121,29	3.724,57	6.052,43	5.121,29	6.052,43	6.052,43	6.052,43	5.586,86	5.724,57	979,357,70	-00	979,357,70						
BA	4.145,04	3.014,57	4.898,68	4.145,04	4.898,68	4.898,68	4.521,86	3.014,57	4.521,86	9.230.424,70	3.133.157,20	12.363.581,90						
CE	4.145,04	3.014,57	4.898,68	4.145,04	4.898,68	4.898,68	4.521,86	3.014,57	4.521,86	5.416,189,10	2.070.392,70	7.484.581,80						
DF	4.797,86	3.499,35	5.670,20	4.296,94	5.078,20	5.670,20	5.670,20	5.234,03	5.349,67	4.687,57	3.125,05	4.687,57	3.200.022,90	-00	3.200.022,90			
ES	4.125,05	5.078,20	4.296,94	5.078,20	5.078,20	5.078,20	5.078,20	4.687,57	4.786,56	3.125,05	4.687,57	3.200.022,90	-00	3.200.022,90				
GO	4.519,03	3.286,56	5.340,67	4.519,03	5.340,67	5.340,67	5.340,67	4.929,8										